

X Congresso do SISMMAC

CADERNO DE RESOLUÇÕES





X Congresso do SISMMAC

CADERNO DE RESOLUÇÕES

APRESENTAÇÃO	5
TESE APROVADA DO X CONGRESSO (I): NOVOS RUMOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL	
Eixo I: ANÁLISE DE CONJUNTURA	
Sociedade dividida: Empresários enriquecem à custa da exploração e da miséria dos trabalhadores	7
Eixo II: Análise do Movimento Sindical	
Romper com a política de atrelamento e subordinação da CUT e, em conjunto com os demais trabalhadores, priorizar a reorganização do movimento sindical pela base	17
Eixo III: Programa de trabalho para a direção do SISMMAC	
Continuar avançando na reorganização do magistério municipal com trabalho de base, organização por local de trabalho, formação política e independência de classe	27
RESOLUÇÕES DO X CONGRESSO DO SISMMAC	35
MOÇÕES APROVADAS	41



X Congresso do SISMMAC

Com coragem para organizar a luta a partir do chão da escola, magistério rompe com a política governista da CUT e reafirma a construção de novos rumos para o movimento sindical!

Nos dias 28 e 29 de setembro, realizamos o nosso X Congresso. Mais de 150 delegados, representando ao todo 82 locais de trabalho, participaram ativamente dos debates nesse que foi o maior congresso do SISMMAC dos últimos 10 anos.

Mesmo com a pressão coercitiva da Prefeitura – que se recusou a liberar os delegados eleitos e fez de tudo para atacar nosso direito à livre organização sindical –, a categoria se organizou e participou efetivamente de uma de suas principais instâncias de decisão.

As discussões realizadas nos encon-

tros preparatórios, nos locais de trabalho e durante o X Congresso embasaram a definição de resoluções que orientarão o programa de trabalho da direção do SISMMAC durante os próximos dois anos de gestão. As propostas e moções aprovadas pela maioria dos congressistas estão publicadas nesse Caderno de Resoluções, documento que servirá como guia das ações, prioridades e do modelo de funcionamento do Sindicato até a realização do próximo Congresso.

O X Congresso do SISMMAC reafirmou a necessidade de avançarmos no proces-



so de reorganização do magistério municipal, priorizando a organização por local de trabalho, e a importância de contribuirmos também com a luta do conjunto da classe trabalhadora. As resoluções do X Congresso do SISMMAC reafirmam o caminho da retomada do trabalho de base, através da presença frequente e mais qualificada da direção do SISMMAC nas unidades escolares, da formação política e da comunicação sindical. Reforçam também a importância da manuten-

ção e desenvolvimento de nossa posição de autonomia frente a partidos políticos e parlamentares e da independência frente aos governos e patrões.

Leia, debata e ajude a divulgar em seu local de trabalho as deliberações do X Congresso! Além das resoluções e moções aprovadas, também é possível conferir no site do Sindicato a Tese que serviu de guia para as discussões do Congresso com as modificações aprovadas na Plenária Final.

Novos Rumos para o movimento sindical

EIXO I ANÁLISE DE CONJUNTURA



Sociedade dividida: Empresários enriquecem à custa da exploração e da miséria dos trabalhadores

Vivemos há mais ou menos cinco séculos numa **sociedade capitalista, composta por duas classes fundamentais, com interesses antagônicos: trabalhadores e burgueses.** Nós, os trabalhadores, produzimos toda a riqueza necessária para a produção e reprodução da sociedade. Já os burgueses, donos das fábricas, terras e dos meios de produção em geral, apropriam-se privadamente de boa parte da riqueza produzida por nós,

garantindo não só seu domínio econômico, mas também político. Uma sociedade, portanto, estruturada a partir de uma relação de desigualdade e injustiça, em que a riqueza produzida socialmente só é acessada por uns poucos. Um estudo publicado pelo Banco Credit Suisse (burguês, portanto) revela que 1% da população mundial detém 43% de toda a riqueza, ao passo que 43% dos seres humanos maiores de idade repartem entre si apenas 2% da riqueza total.



Se olharmos especificamente para o nosso país, veremos que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), os meios de produção estão concentrados nas mãos de 6% dos brasileiros, que são donos de quase metade de toda a riqueza do país. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 1% dos proprietários controla 45% das terras, enquanto 90% dos proprietários respondem somente a 20% do controle fundiário.

O Estado revela seu caráter de classe e favorece os interesses capitalistas

Em nossa sociedade, assim como nas outras sociedades divididas em classes que se desenvolveram no mundo antes dessa, **a classe dominante desenvolveu um mecanismo especial de gerenciar o conflito geral entre as classes, que garante a ela seu domínio, sem que a estrutura da sociedade se destrua nessa luta: o Estado.** Uma instituição que se coloca aparentemente como um árbitro dessa disputa, acima das classes. Ledo engano. **O Estado se originou e se desenvolveu para servir à classe dominante.** Exemplo disso é o comprometimento, em 2011, de R\$ 236,67 bilhões com pagamento da dívida pública em nosso país, enquanto os investimentos nos serviços oferecidos pelo Estado (saúde, educação, previdência, entre outros) somados não chegam nem perto disso.

Através desse instrumento a burguesia exerce sua dominação política, jurídica/béli-

A história da classe trabalhadora, nesse contexto, coloca-se de maneira geral, como a história de suas lutas, seja para resistir e diminuir a exploração, seja para superá-la. O fruto dessas lutas foi a conquista das condições mínimas que temos hoje para nos manter vivos. Nada do que temos veio de graça ou é fruto do entendimento civilizado entre trabalhadores e burgueses. Os poucos direitos que temos são resultados da luta de muitas gerações de trabalhadores.

ca e ideológica sobre nossa classe e garante a manutenção e intensificação de sua dominação econômica. O Estado está sempre em defesa das **relações fundamentais que determinam o modo de produção capitalista: o direito à propriedade privada dos meios de produção e a exploração da força de trabalho mediante o pagamento de salário.** Assim, o Estado, mesmo que varie a sua forma de dominação (podendo ser democrática como a atual ou ditatorial como em décadas passadas) estará determinante ao lado da classe dominante, a burguesia. Isso quer dizer que o Estado não está em disputa. Quer dizer que não devemos repetir os erros do passado (inclusive recente) e achar que é objetivo central de nossas lutas colocar alguém para ser presidente do país, ou melhor dizendo, gerente desse Estado burguês. As desastrosas experiências já realizadas pelos trabalhadores aqui e em outros lugares do mundo mostram-nos que



o Estado tem uma natureza de classe, e vai operar em defesa da classe dominante independente de quem ocupar suas cadeiras.

Desta forma, podemos dizer que o Estado tem como função principal fazer prevalecer os interesses das classes dominantes sobre o conjunto da sociedade. Para tal, ao longo da história, pautada pela luta de classes, o Estado conheceu diferentes formas no mundo. No caso do Brasil, foi desde a forma colonial, passando pelo Estado Imperial, por repúblicas ditatoriais, até o atual: o moderno Estado Republicano Democrático Burguês. **Nosso país é hoje uma formação social capitalista plena, altamente desenvolvida, perfeitamente integrada à divisão internacional do trabalho, com um Estado bem instalado em funcionamento, garantidor dos interesses da burguesia nacional e internacional, tal como os modernos estados democráticos dos países centrais na ordem mundial capitalista.** Sinais claros disso vão desde as grandes indústrias mundiais que têm filiais no Brasil, o alto e crescente grau de assalariamento no campo e um Estado completamente a serviço do desenvolvimento internacional das indústrias, do comércio e dos bancos.

Se a burguesia vem, a nível mundial e também em nosso país, acumulando vitórias, os trabalhadores, pelo contrário, vêm sofrendo cada vez mais derrotas, especialmente nas últimas décadas. No ano passado, o nível de desemprego na Europa fechou em quase 10% da população economicamente ativa. No Brasil, estima-se que

de novembro de 2008 a fevereiro de 2009 foram fechados 800 mil postos de trabalho com carteira assinada, o que estabelece uma média de 8.800 demissões diárias no país. Nenhuma das grandes empresas apresentou déficit em sua balança financeira, mas somente queda, em alguns casos acentuada, dos lucros. As demissões aconteceram como forma de tentar garantir a taxa de lucro de seus proprietários e não pelos prejuízos acumulados.

1% da população mundial detém 45% de toda a riqueza produzida, enquanto 43% dos seres humanos dividem 2% da riqueza total. Apenas 6% dos brasileiros são donos de algum meio de produção



Os Estados nacionais não dão respostas aos trabalhadores, pelo contrário, vêm intensificando sua ajuda direta ou indireta ao processo de acumulação privada da riqueza por parte de sua classe, a burguesia. Empresas e bancos batem recorde em seus faturamentos. Um bom exemplo é a comparação direta entre trabalhadores e burgueses de um mesmo ramo: em 2004, no Brasil, um bancário recebia, em média, R\$ 4.279. O valor subiu para R\$ 4.435 em 2011 – crescimento de 3,6%. No mesmo período, a lucratividade dos maiores bancos saltou de R\$ 23,32 bilhões para R\$ 53,42 bilhões – aumento de 230,43%. A ajuda estatal a essa acumulação só faz crescer. Ao passo que os investimentos nas áreas de interesse dos trabalhadores diminuem relativamente, se estagnam e/ou são repassados para a exploração dos capitalistas em áreas sociais antes nunca exploradas, como a educação, a saúde e a previdência social.

Mesmo com um saldo de vitórias, a burguesia passa de tempos em tempos por períodos de crise. O fim da década de 70 significou um período de crise do capitalismo a nível mundial; mais uma, das várias que se repetem ciclicamente desde o seu início. Para sair desta crise, a burguesia mundial fez modificações sérias na organização interna da produção, e operou, através de seus Estados nacionais, políticas importantes que se alastraram para todo o mundo, principalmente a partir da década de 90, momento em que o capitalismo passa a dominar todo o globo.

No Brasil, esse foi o período em que saímos de uma ditadura militar, que garantiu a plena expansão da indústria no país, e passamos por sucessivos governos que deram continuidade a política geral de garantir o desenvolvimento do capitalismo. A década de 90 foi marcada por uma profunda mudança na forma de organizar a produção, acompanhada de uma reorganização na estrutura do Estado, tudo isso para garantir as necessidades do capital. A instalação de uma Democracia Representativa e a crescente desresponsabilização do Estado por serviços antes oferecidos plenamente por ele (saúde, previdência, segurança e educação) marcaram as modificações do Estado nesse período em nosso país.

A educação – em todos os níveis – passou a não ser mais dever exclusivo do Estado, e começou-se a incentivar por aqui os investimentos privados (capitalistas) em Educação. A Educação oferecida pelo governo vai sendo cada vez mais precarizada. Na década de 90, no Brasil, por exemplo, tentou-se ampliar o investimento público em Educação através do Plano Nacional de Educação (PNE), para 7% do Produto Interno Bruto (PIB). O presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, vetou, e o seguinte, Lula, manteve o veto. Enquanto isso, para a fatia da burguesia que resolveu investir em Educação, o investimento veio na última década de forma pesada, com o PROUNI. Segundo o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), com a verba que foi destinada ao PROUNI



poderiam ter sido construídas pelo menos 20 novas universidades públicas, além de melhorado expressivamente a qualidade das existentes, abrindo-se assim, milhares de novas vagas nas universidades públicas. Mas não foi essa a escolha do governo.

Além da questão do investimento, exige-se uma adequação às normas internacionais, das avaliações padronizadas até o currículo. Normas que são fruto de relações econômicas mais amplas. Cartilhas e protocolos previstos internacionalmente por organismos como o Banco Mundial e o FMI, instrumentos dos grandes capitalistas para orientar a organização do capitalismo mundial não só na produção das mercadorias, mas também nas diretrizes que os Estados nacionais devem seguir de maneira geral, inclusive no que diz respeito à organização de seus sistemas de educação, para garantir a reprodução em escala global do Capital.

Essas novas formas de funcionamento do Estado serviram como mais um instrumento para reorganizar o capitalismo depois de mais uma crise, e continuam a ser aplicadas rigorosamente e aprofundadas em sucessivos governos: Collor, FHC, Lula, Dilma... Nenhum deles conseguiu mudar a função do Estado, e mantiveram firmes as políticas de proteção dos empresários e banqueiros, assim como o ataque aos nossos direitos, aos direitos dos trabalhadores. No setor público, a Lei de Responsabilidade Fiscal, amplamente combatida pelos movimentos sociais quando da sua implantação no ano 2000, continua a asfixiar o investimento nos trabalhadores do setor público e a comprometer o desenvolvimento das áreas sociais. Mesmo que alguns desses governantes tenham discursado em defesa dos trabalhadores, a prática mostrou claramente quais foram seus compromissos, e, mais do que isso, qual é a natureza de classe do Estado.

Com políticas assistenciais, governo apenas mascara a verdadeira situação da classe trabalhadora

A ação do Estado em nosso país na última década merece uma atenção especial para percebermos isso. Mesmo com a redução da pobreza, de 32,4% para 22,6% da população, segundo o IPEA, em 2008 os 10% mais ricos detinham 75,4% de toda a riqueza do país, dado idêntico ao apresentado no ano de 2004. O governo ampliou timidamente as políticas assistencialistas ao mesmo tempo em que manteve a ajuda aos empresários. O Bolsa Família foi o

principal exemplo, que diminuiu os índices de miséria e fome no país, mas que nem de longe significou uma mudança na política geral do Estado, que continuou investindo muito mais nos empréstimos à burguesia. Pela abrangência e mudanças imediatas que provoca na vida da camada mais pobre da população, o programa tornou-se um dos pilares de sustentação popular do governo. Além disso, o incentivo ao crédito também modificou a vida de boa parte da



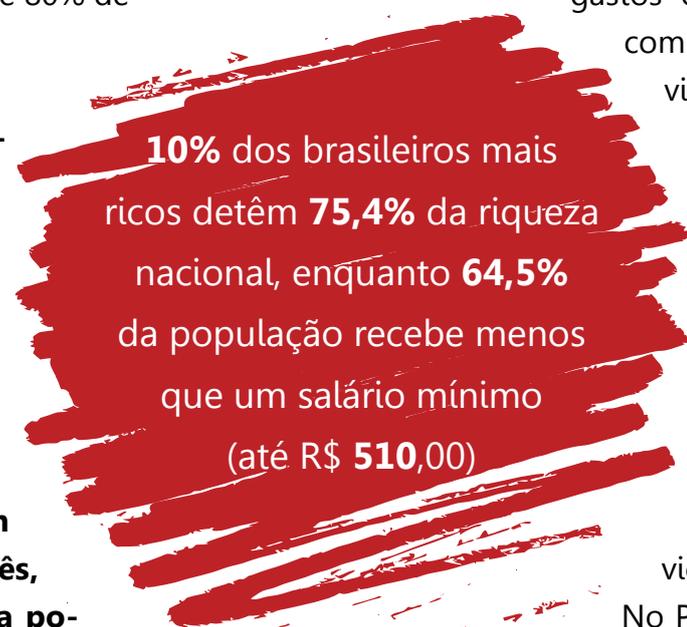
classe trabalhadora que, de pobre, passou a ser endividada. Segundo dado de junho 2012 do IPEA, 47% das famílias brasileiras estão endividadas. Não se trata de uma mudança nos rendimentos salariais, mas na possibilidade de comprar mais através do endividamento, política semelhante que já vem sendo aplicada há um bom tempo nos EUA, onde o índice de endividamento médio das famílias da classe trabalhadora já compromete cerca de 80% de seus salários.

Apesar da aparente melhora da condição de vida dos trabalhadores, os dados não deixam dúvidas. Segundo o IBGE, se juntarmos todos os brasileiros que ganham até R\$ 510,00 por mês, eles somam 64,5% da população. São quase dois em cada três brasileiros ganhando menos do que um salário mínimo. Apesar disso, o governo brasileiro adora divulgar o dado de que a classe média cresceu e hoje corresponde a 52% da população. Segundo o próprio governo, classe média é a família que tem uma renda de R\$ 1 mil a R\$ 4 mil. Uma família de quatro pessoas que sobrevive com R\$ 1 mil por mês é um exemplo de família que os dados oficiais diz que deixou de ser pobre.

Não é exclusividade do governo federal,

nem da atuação petista nele na última década, o ataque aos trabalhadores e a defesa da burguesia. Pudemos ver outros inúmeros exemplos bem claros disso nas últimas duas décadas em todos os níveis do Estado. Durante o governo FHC vimos grandes processos de privatização (Vale, CSN, Rede Ferroviária Federal). O governo Lula trouxe o investimento pesado na educação privada com o PROUNI, o corte de gastos com aposentadoria com a Reforma da Previdência. O governo Dilma promoveu a privatização de aeroportos, a entrega de hospitais públicos à iniciativa privada, com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. No Paraná, os governos seguiram a linha das privatizações (Banestado), assim como as concessões das estradas para o mercado do pedágio e com as tentativas de privatização da COPEL.

Em nossa cidade, vimos sucessivos governos investirem em planejamento urbano para a moradia e deslocamento de quem mais acumula riqueza, enquanto a grande maioria dos trabalhadores continuou vivendo em péssimas condições. Além disso, os serviços de saúde e educação dão mostras de cada vez estarem mais precarizados. Fal-



10% dos brasileiros mais ricos detêm 75,4% da riqueza nacional, enquanto 64,5% da população recebe menos que um salário mínimo (até R\$ 510,00)



tam trabalhadores nas escolas e nas unidades de saúde. Neste ano, o sucateamento das unidades de emergência médica, que gera demora nos atendimentos, levou a morte de pelo menos dois trabalhadores, que não foram atendidos a tempo. O governo municipal, além de sempre reiterar seus compromissos com a classe dominante, através de crescentes investimentos em áreas nobres da cidade, e incentivos às in-

dústrias, resiste em melhorar as condições de vida dos trabalhadores que trabalham para ele, os ditos servidores. **Nossa última Campanha de Lutas foi didática para expressar isso, pois foi necessária uma greve para começarmos a negociar de verdade com a Prefeitura. Por aqui, também parece não fazer parte dos planos do governo atender aos interesses dos trabalhadores.**

Na crise, estados transformam a dívida dos capitalistas em dívida pública

Além de todos esses exemplos, **o ponto mais sintomático desse compromisso dos governos, não só os brasileiros como vários outros, com a classe economicamente dominante foi a ajuda dada à burguesia nacional e internacional na última grande crise do capitalismo mundial.** Em 2008, a economia mundial entra em crise, o que gera um número crescente de demissões e falências. O principal exemplo disso vem do centro do sistema. A GM demitiu 47 mil trabalhadores, 26 mil em unidades fora dos EUA, e impôs um Programa de Demissão Voluntária (PDV) para 62 mil funcionários, num total de 244 mil trabalhadores da empresa, e recebeu ajuda financeira do Estado. Em novembro de 2008, a Europa registrou a marca de 10 mil demissões diárias, sendo a maioria de imigrantes, a “mão-de-obra” barata que garantia nos últimos anos a competitividade capitalista europeia. Entre os imigrantes, 46% estão desempregados na Espanha e 1,8 milhão perderam

o emprego na Inglaterra. No Japão, o mesmo cenário, com cerca de 70% dos imigrantes brasileiros desempregados. A gigante Toyota, depois de registrar lucros consecutivos por 71 anos, não se absteve de também enxugar gastos no primeiro ano de déficit em sua balança anunciando a demissão de 6 mil funcionários. Na China, foi anunciada a demissão de 15 milhões de trabalhadores somente no primeiro semestre de 2009. Na América Latina, somente no primeiro trimestre de 2009, foi registrada a demissão de mais de 1 milhão de trabalhadores. Contra isso os Estados rapidamente lançam medidas para salvar as grandes empresas. Só nos EUA foram mais de U\$ 1 trilhão destinados ao salvamento das empresas. Os Estados nacionais transformam a dívida privada em dívida pública, através de grandes empréstimos e investimentos, medidas que geram uma alta fatura a ser cobrada dos trabalhadores: cortes nos serviços públicos básicos e perda de direitos trabalhistas,



para garantir economias, tanto do Estado como das empresas. Essas medidas garantiram, no centro do sistema (EUA, Alemanha) a recuperação da crise, que vai fazendo a economia crescer por lá. Exemplo disso é que em 2011 foram criados, só nos EUA, mais de 1,5 milhão de novos postos de trabalho. As medidas impostas pelos Estados nacionais não foram recebidas passivamente pelos trabalhadores. Na França, Itália, Portugal, Espanha, Grécia, Irlanda, entre outros, os dias nacionais de paralisação, as greves gerais e localizadas também se ampliam. Os trabalhadores da Europa que através de intensas lutas em décadas anteriores garantiram maiores salários e mais direitos agora se colocam em movimento para não perdê-los.

Tudo isso nos mostra que o Estado não é isento, tem lado. O Estado é o gestor da crise do capital e age para defender sua concentração de riqueza de várias formas

No Brasil, o governo também aumentou seus gastos, colocando muito dinheiro público para salvar empresas e bancos, para na sequência tentar impor o fundamental para os patrões: a diminuição de direitos e salários. O Capital instalado no Brasil com a devida ajuda do governo Dilma e da maioria das centrais sindicais, já embarca nos efeitos do que acontece na Europa, para tentar impor medo à classe trabalhadora e um novo ciclo virtuoso de mais exploração. Em 2011, o BNDES emprestou à iniciativa

privada nada menos que R\$ 139 bilhões, a juros baixos e em longo prazo, o que garantiu os lucros dos industriais. As várias categorias em greve nos últimos seis meses, e com conquistas, mostram essas duas coisas: tanto a situação da maioria dos trabalhadores, que foi piorada e muito nos últimos anos; quanto a economia crescendo a todo o vapor, com índices recordes de produtividade, que possibilita concretamente aos patrões atenderem às reivindicações econômicas dos trabalhadores.

Vivemos num país onde o Capital, seja ele de origem nacional ou vindo de fora, sempre teve, ao modo de cada governo, suas necessidades atendidas, desde a infraestrutura para se instalar até as demandas de expansão, reformas, isenções, financiamentos. Nessa fase do ciclo, o governo federal entra no jogo mais uma vez para fornecer investimento público pesado: mais R\$ 30 bilhões para o BNDES para facilitar investimentos às empresas privadas, cortes de impostos para fabricantes de máquinas, autopeças, pneus e têxteis (Programa Brasil Maior). O alto investimento que as várias esferas do governo estão fazendo para os grandes eventos esportivos – Copa do Mundo, Olimpíadas – é um bom exemplo disso. A



construção desses dois eventos em nosso país deve somar cerca de R\$ 970 bilhões em instalações, infraestrutura, hotéis, etc. Esses dois eventos que as empreiteiras es-

tão comemorando, e que vão servir também de divertimento para os donos da riqueza, permanecerão inacessíveis para boa parte da classe trabalhadora.

Produtividade e meritocracia, típicas do setor privado, atingem também os Trabalhadores do Estado

Nessa conjuntura, a fatia da classe trabalhadora que trabalha no aparelho do Estado, como é o nosso caso, também sofre crescentes ataques, muito semelhantes ao que o conjunto da classe trabalhadora vem enfrentando nas últimas décadas. **O Estado vem utilizando, com os trabalhadores que emprega – a partir de meados da década de 90, e intensamente a partir de 2000 – instrumentos semelhantes aos que os capitalistas utilizam para aumentar a exploração dos demais trabalhadores no setor privado:**

- a) **intensificação do processo de trabalho:** cada trabalhador cumpre a função que deveria ser cumprida por dois, três ou mais trabalhadores;
- b) **instauração e aumento da cobrança de índices de produtividade,** como metas de quantidade de atendimentos na saúde, índices de aprovação de alunos;
- c) **política de meritocracia:** atrelamento de parte significativa dos vencimentos dos trabalhadores com esses mesmos índices de produtividade através de gratificações e bônus variáveis, entre outras formas;

d) **assédio e coerção moral** nos locais de trabalho para garantir a aplicação dessas políticas e coibir qualquer iniciativa de organização dos trabalhadores;

e) **cooptação financeira e/ou política** de parte dos servidores públicos através de cargos de confiança e cargos comissionados para que atuem incisivamente na aplicação dessas mesmas políticas.

Em resumo, a extensão da política de RH desenvolvida nas empresas nesse último ciclo do Capital, parte essencial da reestruturação que chegou nas empresas na década de 90, chega aos trabalhadores do Estado. **No nosso caso específico, podemos identificar vários sintomas dessa política, como a utilização de índices de produtividade, como o IDEB e Provinha Brasil, e a recente tentativa do governo municipal de implantar uma gratificação por produtividade para nós professores, o PPQ, política já vigente para todos os outros trabalhadores da Prefeitura.**

Vemos, cada vez mais, que o montante de dinheiro necessário para garantir as isenções fiscais e o crédito para as empre-



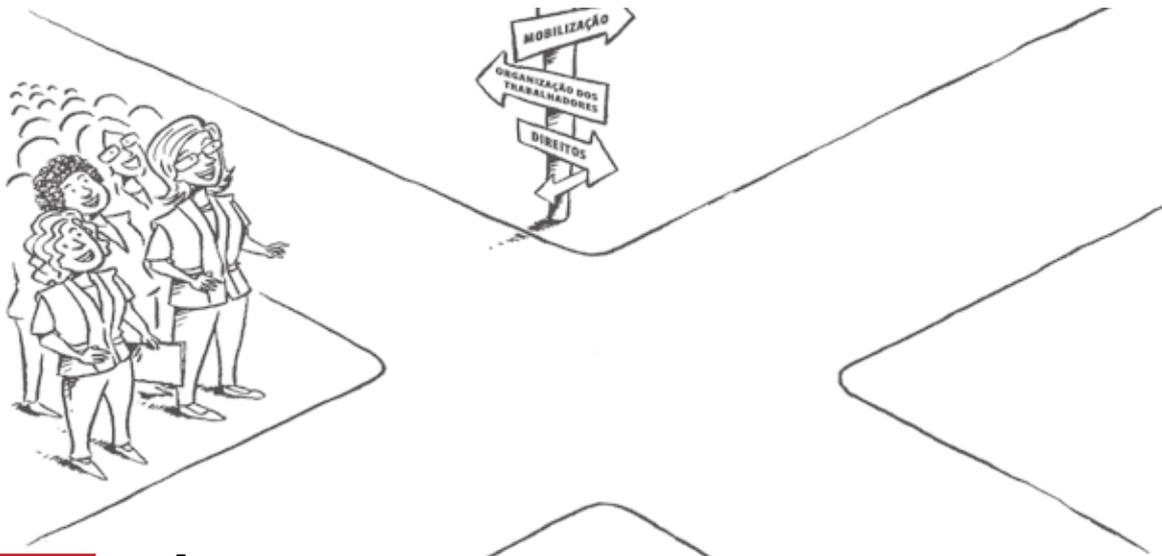
sas, vem também do corte de gastos com os trabalhadores do Estado, e com os serviços que interessam aos trabalhadores, como a educação e a saúde pública. Os gastos públicos com saúde em nosso país em 2011, nas esferas municipal, estadual e federal, somam R\$ 123,6 bilhões, pouco mais da metade do que se gastou com a dívida pública: R\$ 236,67 bilhões. Os governos fazem isso retirando direitos e condições anteriormente conquistadas, com a aplicação de políticas que vão garantir não só uma economia financeira, mas também um controle cada vez maior sobre os trabalhadores.

Nas duas últimas décadas, esse processo de ampliação do controle sobre os trabalhadores, não só do Estado, como do setor privado, teve um novo combus-

tível: o amoldamento crescente do movimento sindical à ordem, que foi deixando de enfrentar os patrões e os governos, e assumindo posições que colaboravam cada vez mais com o outro lado.

Esse processo crescente de amoldamento acontece no bojo da derrubada das experiências revolucionárias dos trabalhadores a nível mundial (URSS, Alemanha Oriental, China), momento em que boa parte dos militantes que construíram toda essa resistência ao capital em nosso país e no mundo entra em crise com a própria possibilidade de superar o capitalismo. Constrói-se a partir daí, de modo geral, um quadro de defensiva e de desmonte do movimento operário sindical no Brasil e no mundo, e conseqüentemente, de fragmentação das organizações da nossa classe.

Em nosso país, os instrumentos políticos que foram construídos pelos trabalhadores passaram a servir para nosso adversário, a burguesia e seu governo, e nos coloca o desafio de forjar novas armas. Um novo período da luta entre Capital e trabalho vem pela frente, com o Capital fortalecido e com o desafio de nós, trabalhadores, nos organizarmos e nos fortalecermos para esse novo ciclo.



EIXO II ANÁLISE DO MOVIMENTO SINDICAL

Romper com a política de atrelamento e subordinação da CUT e, em conjunto com os demais trabalhadores, priorizar a reorganização do movimento sindical pela base

*Um novo ciclo se abre
e como é próprio dos inícios
é difícil enxergar com nitidez o que é velho
o que de fato é novo
o que são velhos conteúdos travestidos de novas formas
e o que são experiências fundamentais do velho ciclo
que devemos carregar*

CUT: da contestação à conformação

Nesse cenário de luta de classes, analisar como a nossa classe vem se organizando sindicalmente e, a partir dessa análise, nos posicionarmos sobre como nosso sindicato seguirá contribuindo política e financeiramente nessa organização se faz fundamental.

Uma central sindical é uma organização política que busca reunir os diversos sindicatos e trabalhadores das inúmeras categorias em uma única organização para suas lutas comuns como classe trabalhadora.



Atualmente, mesmo as centrais mais representativas numericamente estão longe de atingir a maioria dos trabalhadores. Segundo o levantamento do Ministério do Trabalho, existem 7,2 milhões de trabalhadores sindicalizados no Brasil, dados do final de 2011. O número equivale apenas a 15,6% dos 46 milhões de trabalhadores ativos do país, incluindo aqui os contratados no regime de CLT e os estatutários do serviço público.

Essa distância entre os sindicatos e suas respectivas centrais sindicais e os trabalhadores é somente um dos sintomas, mas um dos importantes, do distanciamento entre direções sindicais e a grande maioria dos trabalhadores, inclusive daqueles que representam.

Temos nossa filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT) desde outubro de 1989, aprovada em nosso primeiro Congresso, com o objetivo de contribuir ativamente na organização do conjunto da classe trabalhadora brasileira. **Porém, nesses mais de 20 anos de filiação e nos quase 30 anos de existência da CUT, o importante papel político desempenhado pela Central na luta de classes brasileira mudou e infelizmente para pior.**

Originada do ascenso das lutas dos trabalhadores brasileiros, principalmente ao

final da década de 70 e início dos anos 80, nas oposições sindicais construídas ainda na ditadura militar, a CUT nasce com princípios construídos coletivamente, por mais de 5 mil trabalhadores reunidos em seu Congresso de fundação, e que deveriam servir de pilares básicos para a organização e atuação política da Central.



Dentre esses importantes princípios, destacamos:

- independência em relação aos patrões e governos;
- autonomia em relação aos partidos políticos;
- ação direta a partir dos locais de trabalho;
- combate à estrutura sindical vigente¹ (inclusive ao imposto sindical), e;
- luta geral para além da luta específica: a luta pelo socialismo.

Como afirmamos, esses eram os princípios determinantes da organização e ação política da CUT. Porém, como veremos no decorrer do texto, todos esses princípios

1 A estrutura sindical atual foi implementada pelo Governo de Getúlio Vargas em 1940 e permanece praticamente intacta até os dias atuais. É baseada na unicidade sindical, imposto sindical e no poder normativo da justiça do trabalho. Para explicar essa estrutura, destacaremos o imposto sindical. Esse imposto é o desconto compulsório de um dia de trabalho de todos os trabalhadores do setor privado e, por enquanto, somente de algumas categorias do setor público, que é repassado para centrais (10%), confederações (5%), federações (15%), sindicatos (60%) e para o fundo de amparo ao trabalhador (FAT=10%). Cabe ressaltar que a grande parte dos 10% que vão para o FAT é utilizada para pagar o seguro desemprego, ou seja, o trabalhador custeando a demissão de outros trabalhadores.



são quebrados ao longo da história da Central e a mesma passa a se organizar e agir concretamente de outra forma, baseada em outros princípios e, com isso, construindo outros objetivos.

Em seus anos iniciais (fundada em 1983) veremos que a CUT ainda mantém em grande medida esses princípios. Organiza duas greves gerais em 86 e 89, com a participação de 20 milhões e de 35 milhões de trabalhadores respectivamente. Buscando através da ação direta, com independência e autonomia, a construção das lutas para melhoria da vida do conjunto da classe trabalhadora.

Em 1988, faz seu maior congresso, com mais de 6 mil trabalhadores, para preparação da greve de 89, mas também aprova a redução do número de delegados de base para os próximos congressos. Com essa medida, reforça a representação afunilando-a em detrimento da participação direta do maior número de trabalhadores em sua principal instância de decisão.

Em 1991, a CUT faz um congresso com 1.554 trabalhadores, ou seja, apenas $\frac{1}{4}$ dos trabalhadores presentes no congresso de três anos atrás. No mesmo ano, são desativadas as CUTs regionais que cumpriam importante papel na articulação da luta entre os estados.

Inicia-se, com maior ênfase, a burocratização da Central combinada com o rebaixamento também mais efetivo de seus princípios.

A autonomia frente aos partidos políticos começa a cair por terra nessa década e a Central passa a se organizar para fornecer principalmente o suporte político para a eleição de parlamentares, prefeitos e governadores do PT, assim como para a governabilidade desses últimos, mesmo quando contrários aos interesses dos trabalhadores.

A independência frente aos patrões e governos fica também para trás. Ao aceitar o “pacto social” que negou em 86, a CUT passa a priorizar a negociação nas câmaras setoriais, através da representatividade cada vez mais burocratizante. Câmaras compostas por representantes do governo (patrão estatal), dos empresários (patrão privado) e também dos trabalhadores serviriam supostamente para chegar a um “comum acordo” para o desenvolvimento do país. Porém, esse desenvolvimento econômico sob o capitalismo aumentou as possibilidades de lucro dos grandes empresários e banqueiros, diminuindo os direitos dos trabalhadores, como já vimos na análise de conjuntura.

Com isso, a CUT passa a conformar suas lutas não mais para superar a ordem capitalista de produção e reprodução da vida e somar-se a uma luta geral pelo socialismo. Passa a conformar sua organização e lutas para os limites de gerência das crises e contradições desse sistema.

Com essa crescente burocratização baseada na representatividade e não mais na or-



ganização e ação direta dos trabalhadores, combinada com um processo de reestruturação produtiva (terceirizações, demissões

A CUT, que nasceu com os trabalhadores na década de 80, prioriza a representatividade e começa a atuar pelos trabalhadores na década de 90. Mas, nos anos 2000, é que vemos a Central completar seu ciclo de degeneração, passando a atuar mais fortemente contra os interesses e necessidades dos trabalhadores, quando os interesses e necessidades de seu governo e da governabilidade estão em jogo.

e intensificação do processo de trabalho) aplicado pelo Capital e seus representantes, a CUT aprofunda seu caminho de distanciamento dos trabalhadores em geral e também daqueles que “representa”.

Daremos apenas alguns exemplos que consideramos significativos dessa política cutista contrária aos interesses dos trabalhadores e em benefício das necessidades do governo e do Capital:

1. Na Reforma da Previdência de 2003, a CUT assume a postura de apoio irrestrito ao governo Lula e evita críticas diretas ao projeto. Ao invés de mobilizar os trabalhadores para fazer pressão contra a Reforma nas ruas, a Central opta por reivindicar mudanças pontuais, opta por propor em “reformular a reforma”.

Dentre outras perdas que os trabalhadores tiveram nessa reforma uma das principais foi a mudança da idade mínima para a aposentadoria, que passou de 48 para 55 anos, para as mulheres, e de 53 para 60 anos, para os homens.

As manifestações e greves contrárias à Reforma da Previdência são organizadas por fora da Central. Para muitos militantes e sindicatos que construíram a CUT desde a sua fundação esse é momento no qual a entidade se recusa a defender os direitos dos trabalhadores e, com isso, favorece os interesses da outra classe: a dos capitalistas que iriam lucrar com os fundos de pensão.



2. Em 2007, o governo Lula legaliza as centrais sindicais. O principal objetivo dessa legalização foi institucionalizar o repasse de 10% do imposto sindical para as mesmas. A CUT, que nasce defendendo o fim do imposto sindical, agora defende o repasse para as centrais e só aceita abrir mão se for criada outra taxa negocial.

Essa forma de arrecadação sindical, compulsória, ou seja, que não depende do convencimento do trabalhador para seu envolvimento (nesse caso financeiro) com as centrais sindicais e sindicatos desonera os mesmos de fazerem um bom trabalho de base para aumentar as sindicalizações e com isso aumentar a sua arrecadação. Afinal, atualmente é esse imposto sindical a maior fonte de financiamento das centrais constituídas. Além disso, atrela financeiramente a central ao governo, responsável por sua maior fonte de arrecadação.

Só no ano passado a CUT recebeu do governo cerca de R\$ 31,9 milhões, seguida da Força Sindical (ligada desde sua origem aos patrões) que recebeu R\$28,9 milhões.

Essa “desobrigação” de convencer e sindicalizar reflete-se, por exemplo, no baixo índice de trabalhadores filiados no país como já vimos acima. E na CUT não é diferente. Aqui no Paraná a taxa de sindicalização dos sindicatos cutistas encontra-se atualmente em apenas 37,5%, não alcançando nem a metade dos trabalhadores que representa como direção sindical. E isso não é do momento de agora, há dez anos, essa taxa de sindicalização era de 36,57%, ou seja, nessa

última década a sindicalização na base da CUT-PR não cresceu nem em 1%, reflexo da falta de um trabalho de base consistente, o que também faltava em nosso sindicato.

3. Em novembro de 2011, a CUT, através do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP, entregou ao governo a proposta de projeto de lei que tem por objetivo nacionalizar e estender para o conjunto da classe trabalhadora a experiência de negociação presente na região do ABC, ou seja, acordos que possibilitaram aos patrões a redução de salários e direitos.

Acordos que permitem que o *negociado* prevaleça sobre o *legislado*, ou seja, abre margem somente para a retirada de direitos, já que para negociar mais direitos e conquistas para além do que já está previsto em lei não há necessidade de se fazer nenhuma nova legislação.

Dessa forma, fica garantido aos patrões a tranquilidade que tais acordos – feitos separadamente por empresa, rebaixando direitos e fragmentando mais um pouco as lutas da classe trabalhadora – não possam ser questionados juridicamente. Em outras palavras, se o trabalhador se sentiu lesado a partir da aprovação do acordo, se o projeto virar lei, não adianta denunciar e nem recorrer ao Judiciário.

4. Na educação, a luta histórica pelo investimento imediato de 10% do PIB somente para a Educação Pública ago-



ra foi flexibilizada e seu rebaixamento é comemorado pela Central. A CUT junto com a CNTE comemoraram a aprovação do texto do Plano Nacional de Educação (PNE) na Comissão Especial da Câmara dos Deputados na noite de 26 de junho desse ano, que prevê o aumento do investimento destinado à educação para 10% do PIB (Produto Interno Bruto) somente em 2023.

O Projeto de Lei também prevê que tal percentual suba dos atuais 5% para 7% do PIB só em 2017. Para virar lei, o Plano Nacional de Educação ainda precisa ser aprovado pelo Senado e ser sancionado, sem vetos, pela Presidente Dilma.

Além do longo prazo para atingir a meta, outros fatores ruins também aprovados não merecem nenhuma comemoração, como alerta a matéria do site auditoria cidadã (www.divida-auditoriacidada.org.br) que reproduzimos abaixo.

a) Uma alteração no texto representa risco de que boa parte dos 10% do PIB seja cumprida artificialmente, por meio da contabilização de despesas com aposentadorias e pensões de servidores da educação, bolsas de estudo, e até despesas com juros, amortizações e encargos da dívida da área educacional.

Da proposta inicial constava que 10% do PIB deveriam destinar-se a “investimento público direto” em Educação. O texto aprovado alterou para “investimento público em edu-

cação pública”, que abrange outros gastos, como alerta o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

*b) O texto aprovado remete para futura Lei Complementar a deliberação sobre a forma pela qual os estados e municípios – que respondem pela maior parte dos recursos da educação, e já se encontram em delicada situação financeira – dispo-
rão de recursos para atingir a meta.*

c) Também não estão especificadas na lei quais são exatamente as despesas que serão contabilizadas para fins de atingimento dos 10% do PIB, razão pela qual pode-se repetir o ocorrido na área da saúde, onde os governos costumavam incluir despesas não propriamente ligadas diretamente à esta área social. Foram necessários dez anos para que fosse aprovada, no ano passado, legislação que regulamentou os gastos específicos da saúde. E nem assim os governos estaduais têm cumprido a norma.

d) Enquanto a Lei de Responsabilidade Fiscal criminaliza o administrador público que não paga os juros e amortizações da dívida, o texto aprovado não prevê qualquer punição para os governantes que não cumprirem a meta ora aprovada.

Mas, à CUT e à CNTE só restava comemorar, pois já tinham rebaixado a pauta aceitando que o percentual só fosse aplicado daqui a dez anos. **Como se tudo isso não bastasse, o apoio a esse PNE foi aprova-**



do por unanimidade no 11º Congresso Nacional da CUT (Concut) realizado agora em julho de 2012.

Vale lembrar que essa pauta (10% do PIB já!) está em atraso há mais de 15 anos. Foi construída pelos trabalhadores da educação no final da década de 90 em um processo que culminou no Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública e no Plano Nacional de Educação (PNE) apresentado em 1997. À época esse PNE foi votado no Congresso e esse percentual

foi alterado e aprovado para chegar a 7% em dez anos (2008) e mesmo assim, foi vetado por FHC, veto que Lula manteve por oito anos sob o silêncio complacente da Central e que agora a CUT apóia que se adie novamente para 2017.

Esses são alguns exemplos de como a CUT, por estar subordinada ao PT e seus governos (dos quais ex-dirigentes cutistas fazem parte e estão, inclusive, nos primeiros escalões), operou e opera políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores.

A CUT no Paraná

Essa subordinação aparece também na CUT/PR que, cerca de três semanas após a aprovação interna do PT à coligação com o ex-tucano e relator do mensalão, Gustavo Fruet, para candidatura à prefeitura de Curitiba, convocou as entidades filiadas para uma reunião com o próprio candidato para que contribuíssem na

construção de seu programa de governo. Reunião convocada sem que houvesse nenhum fórum da CUT de decisão interna convocada ou divulgada para defender qual seria a posição da central nas eleições municipais. Ou seja, seguem a lógica de que “se aprovou no partido só cabe à central seguir”.

Reorganização do Movimento Sindical Brasileiro: uma necessidade da classe trabalhadora

Nesse cenário político sindical onde a CUT, maior central sindical já construída pelos trabalhadores brasileiros, mudou de posição e hoje atua em favor da outra classe, contendo a organização, mobilização e justificando perdas de direitos dos trabalhadores, devemos buscar a superação não só da sigla CUT, mas prioritariamente dessa política cutista. Política que é subordi-

nada a um partido político e seus interesses e está afastada dos trabalhadores e da organização real de suas lutas a partir dos locais de trabalho.

Todos esses desvios e a consequente e cada vez mais profunda burocratização dos espaços internos cutistas fizeram com que muitos militantes e organizações



políticas e sindicais que fundaram e/ou construíram a CUT (muitos por mais de 20 anos) rompessem com a central depois de tentarem conter e reverter esses desvios. Romperam e foram buscar outros caminhos para sua militância. **Esse processo de fragmentação da CUT, consequência de sua degeneração, nos coloca a necessidade de, mais do que buscar outra central para nossa filiação, avaliar prioritariamente quais os princípios quebrados ao longo desses quase 30 anos e que levaram a Central a chegar a esse ponto de atuar contra os trabalhadores por diversos momentos.**

Para nós fica claro, por tudo que apresentamos nesse ponto, quais são os princípios que, assim como na fundação da CUT em 1983, seguem valendo para a atual necessidade e realidade de reorganização dos trabalhadores brasileiros:

- a) independência em relação aos patrões e governos;
- b) autonomia em relação aos partidos políticos;
- c) ação direta a partir dos locais de trabalho;
- d) combate a estrutura sindical vigente (inclusive ao imposto sindical), e;
- e) luta geral para além da luta específica: a luta pelo socialismo.

Por isso, apresentamos esses mesmos princípios quase na íntegra em nossa proposta de campanha como chapa 2 **Novos Rumos – a Alternativa de Luta** que saiu vitoriosa nas últimas eleições do SISMMAC, realizadas em junho de 2011. Esses princípios devem balizar de fato, e não só no discurso, o atual processo de reorganização da classe trabalhadora.

Esses são os importantes e necessários passos que acreditamos que devemos dar coletivamente para contribuirmos com a nossa classe, a trabalhadora. Para que ela trilhe novos rumos na sua organização e na sua prática política sindical, resgatando e tentando qualificar os velhos princípios classistas, que seguem mais atuais que nunca para nossas lutas.







EIXO III PROGRAMA DE TRABALHO PARA A DIREÇÃO DO SISMMAC

Continuar avançando na reorganização do magistério municipal com trabalho de base, organização por local de trabalho, formação política e independência de classe

Trabalho Sindical

O Sindicato é uma união livre de trabalhadores que têm interesses comuns, formando uma comunidade de interesses coletivos. Esse movimento não se resume à luta por melhores salários e por melhores condições de trabalho para a categoria, também é um movimento de resistência em prol da liberdade, da autonomia e da dignidade do ser humano, enquanto produtor de bens materiais e culturais.

Nossa gestão, **Novos Rumos - A Alternativa de Luta**, desenvolve uma política de trabalho sindical a partir de três eixos principais, que serão debatidos nessa sequência:

1. Trabalho de Base e Organização por Local de Trabalho
2. Formação Política
3. Autonomia frente aos partidos e parlamentares e Independência em relação aos patrões e governos

Para além desses três eixos, temos uma Política Institucional, que explicaremos logo após a apresentação do item Trabalho Sindical. Abordaremos nossa atuação nos Conselhos da Prefeitura Municipal de Curitiba, a necessidade de atualização do estatuto e nossa Política Financeira.



1. Trabalho de base e organização por local de trabalho

“A fase em que nos encontramos como movimento não permite sugerir fórmulas testadas, mas somente indicações de como intervir para dar vida a uma ação coletiva que questione a realidade atual” (Emílio Gennari – Da alienação à depressão: caminhos capitalistas da exploração do sofrimento).

Temos uma tarefa difícil e que exige muito trabalho e paciência, que é **reconstruir as condições que levam o coletivo a se rebelar diante da ordem existente**. Para isso, é fundamental termos trabalhadoras e trabalhadores dispostos a se organizarem a partir dos seus locais de trabalho e que os dirigentes sindicais estejam inseridos nesses locais e/ou visite-os com certa frequência, estabelecendo, assim, uma relação de confiança com a base. *“Sem a inserção real no cotidiano da classe, sentir o que ela sente e avaliar como se manifesta na hora em que os fatos acontecem, dificilmente quem se dedica à organização vai estabelecer **laços de confiança capazes de abrir um canal de comunicação com a visão de mundo da base**”².*

Esses organizadores têm tarefas bem específicas a desenvolver em seu local de trabalho, dentre elas:

- Entender, analisar e trabalhar as contradições entre o discurso do patrão e a realidade do trabalhador;
- Ouvir e intervir para ampliar a percepção do que deixa o coletivo insatisfeito, com dúvidas e angústias;
- Intervir no senso comum com perguntas e reflexões que se inserem justamente no incômodo espaço entre o *“prego das ideias dominantes e o martelo da realidade produzida pela dura lógica do sistema”*;
- Abrir canais de diálogo que questionem a rotina que leva a interiorizar como natural;
- Questionar compreensões não como quem ensina de cima pra baixo, mas como quem também está à procura de respostas;
- Entender como os colegas vêem a administração e se deixam envolver por ela nas ideias e formas de comportamento que orientam sua atuação; expressar-se através de perguntas simples ou afirmações que ora na brincadeira, ora em frases sérias, busca estimular a pensar e a se posicionar.
- Estabelecer relação de respeito e cooperação para começar a combater as expres-

² GENNARI, EMILIO. Da alienação à depressão: caminhos capitalistas da exploração do sofrimento.

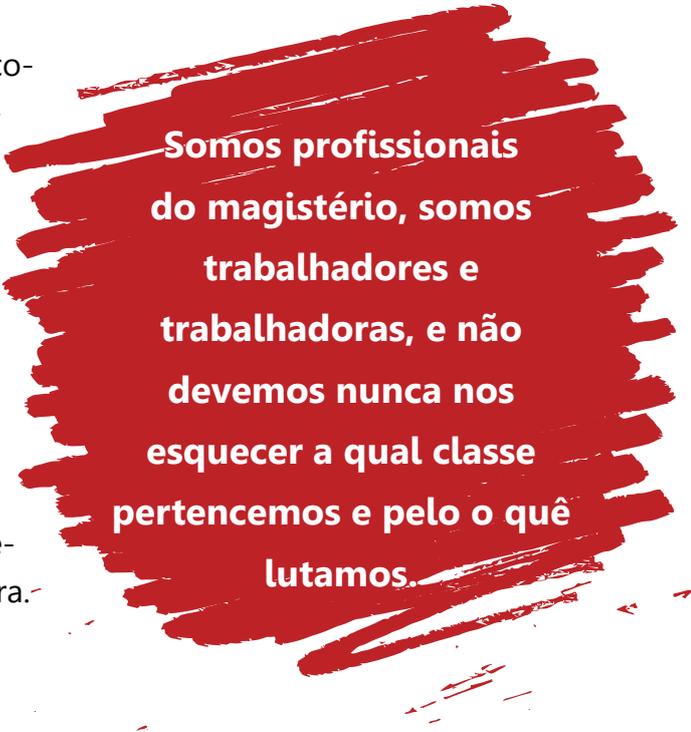


sões e posturas que banalizam a injustiça, o sofrimento no trabalho, o adormecimento da indignação e a desmobilização.

O papel do dirigente sindical é dar suporte aos organizadores, fazer visitas frequentes, sugerir leituras, conhecer as demandas da categoria e junto desta, construir ações que unifiquem os

trabalhadores em prol da busca de uma solução. O sindicato também deve socializar experiências de determinados locais, mostrar como as escolas se organizaram para resolver uma demanda, incentivando, desta forma, que em outros espaços onde os trabalhadores ainda não conseguiram se organizar, tentem colocar em prática a Organização por Local de Trabalho.

A construção do sentimento comum de que somos trabalhadores e de que precisamos nos organizar para enfrentarmos os ataques aos nossos direitos e as más condições de trabalho que nos adoece não é uma tarefa fácil. Entretanto essa é uma ação necessária para promover a unidade e fortalecimento da classe trabalhadora.



Somos profissionais do magistério, somos trabalhadores e trabalhadoras, e não devemos nunca nos esquecer a qual classe pertencemos e pelo o que lutamos.

1.2. Coletivos e Reuniões Específicas

A área em que atuamos nos impõe uma diversidade de desafios, o que abre o debate para uma série de assuntos. Ao criar um coletivo para cada tema, não temos espaço para debatermos de forma integral a educação e o trabalho do profissional do magistério e acabamos por limitar o próprio debate dos assuntos em questão, ao mesmo tempo

em que fragmentamos a discussão e a luta de nossa categoria em seu conjunto. No entanto, quando realizamos reuniões com temas trazidos pelos trabalhadores temos maior probabilidade de tratarmos o assunto sem desconsiderar o todo, e com possibilidade de obtermos maior participação por não ter uma frequência pré-definida.



Atualmente o sindicato mantém um coletivo, o Coletivo de Aposentados, que já existe há dez anos. Já houveram outras tentativas de criar coletivos, mas que com o passar do tempo se tornaram espaços esvaziados. O único que tem frequência contínua é o Coletivo de Aposentados.

Consideramos que a criação de um coletivo não deve partir da vontade do dirigente do Sindicato e sim de uma demanda da categoria. Hoje realizamos reuniões ou encontros para debatermos temas específicos, discutindo-os até chegarmos a uma conclusão sobre o tema, sem ter a obrigação de continuarmos com esse grupo quando não tiver mais necessidade. Como exemplo, citamos as reuniões com Professores das séries finais do ensino fundamental, realizadas no segundo semestre de 2011, e com as Pedagogas, neste ano.

O Coletivo dos Aposentados, em particular, não tem a intenção de resolver uma

demanda específica somente, mas manter em movimento um segmento da categoria que não se encontra em unidades escolares. Por isso acontecem encontros com frequência em que abordamos assuntos referentes ao magistério e a militância na aposentadoria, sem a rigidez de temas mais específicos.

Cabe ao sindicato construir ações a partir de debates em conjunto com toda a categoria, para que esta colabore com suas formulações e avanços reais, fortalecendo a luta dos trabalhadores, independente de seus segmentos, - Educação Infantil, Educação Especial, Educação Física, Educação Integral, Ensino Fundamental anos iniciais e finais - e seus diferentes e necessários âmbitos de construção – grupos de trabalho, coletivos, reuniões específicas, entre outros. **Nossa prioridade deve ser levar os debates específicos para dentro dos locais de trabalho para que estes sirvam de subsídio para sua organização e mobilização.**

2. Formação

A formação política é peça fundamental na construção da consciência e da vontade coletiva que levam as pessoas a questionarem e romperem a ordem existente. É nos espaços de formação que podemos nos apropriar de instrumentos teóricos para entender e transformar a realidade. **É por meio do estudo que podemos conhecer a história de lutas da nossa categoria e do conjunto da classe trabalhadora, saber**

como ela vem se organizando e se mobilizando por seus direitos.

Os espaços de formação política organizados pelo Sindicato devem ser atividades permanentes que envolvam desde o debate de temas específicos relacionados à carreira, à docência e à educação de forma geral, como também temas mais gerais que englobam as relações sociais típicas do modo



de produção capitalista, relações estas que nos atingem enquanto classe trabalhadora. Assim, nos qualificamos e qualificamos nossas ações e nossa organização.

Os estudos deverão estar fundamentados em teorias comprometidas com a luta da

classe trabalhadora, dentre elas a teoria marxista, por ser a que historicamente nos dá os elementos teóricos necessários para entender melhor a sociedade em que vivemos e os problemas que enfrentamos cotidianamente no trabalho e as ações movidas pelo Estado e pelos patrões contra os trabalhadores.

3. Autonomia e Independência

O que defendemos é um sindicato que tenha **independência** e **autonomia**. Independência em relação aos patrões e governos e autonomia frente aos partidos políticos.

Quando nos posicionamos com **independência** em relação aos patrões e governos estamos dizendo que estamos em lados opostos e que não devemos abrir mão de nenhum direito, defendendo nossas reivindicações, já que os interesses são distintos. Por isso devemos recusar, enquanto categoria, qualquer apoio financeiro, organizativo e de relacionamento político-partidário daqueles que estão do outro lado. Devemos construir um movimento dos trabalhadores com autonomia e independência.

A postura de **autonomia** frente aos partidos políticos e mandatos nos permite organizar nossas lutas tendo como foco central a defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora, com autonomia para questionar e combater as políticas que julgamos prejudiciais, sem estar atrelado a

O indivíduo isolado, normalmente, não pode fazer história. É no coletivo que nossas lutas se fortalecem. A formação, neste caso, deve estar aliada à prática, à organização dos professores com os demais trabalhadores em prol da transformação da sociedade.

Quem sabe mais, luta melhor!

partido político e/ou mandato parlamentar. Isso significa dizer que os militantes políticos partidários que quiserem apoiar nossa luta são bem vindos nas mobilizações, mas que não podem submeter partidariamente nossas ações, nem utilizar a estrutura do Sindicato como palanque partidário. É papel do Sindicato contribuir para elevar o grau de participação e organização dos trabalhadores em suas lutas. Na conjuntura



em que vivemos, esse papel passa pela difícil tarefa de mostrar ao conjunto da classe que não basta apenas eleger representantes que irão “fazer por nós”. É preciso estimular a participação direta dos trabalhadores nas suas lutas cotidianas e nos espaços de decisão, pois os principais direitos que temos hoje foram conquistados a partir da mobilização direta dos trabalhadores, nas ruas, e não por concessão de políticos e dos diferentes partidos.

Qualquer filiado ao sindicato tem o direito de estar vinculado a um partido político e pode inclusive participar da direção do Sindicato. Porém, caso queira defender as suas posições e as de sua organização enquanto propostas que serão debatidas e avaliadas pelo conjunto da ca-

tegoria. A decisão sobre a aprovação ou não dessas propostas, entretanto, cabe a categoria, não ferindo assim a autonomia sindical frente aos partidos. Mesmo porque todo filiado tem direito a voz e voto, conforme estabelece o estatuto da entidade.

O Sindicato deve ter autonomia em relação aos partidos políticos e os encaminhamentos e decisões tomadas pela categoria devem ser soberanas, sem a ingerência de partidos políticos ou dirigentes vinculados à política partidária.

Defendemos que devemos organizar os trabalhadores nos seus locais de trabalho, ampliando cada vez mais a participação de toda a categoria nas decisões da entidade, nas definições e encaminhamentos sobre os rumos do sindicato.

Assim, construiremos um sindicalismo democrático, autônomo aos partidos políticos e independente frente ao Estado e patrões, construído na base e pela base, tendo como tarefa suas lutas imediatas, específicas, gerais e históricas.

Política Institucional

1. Conselhos da Prefeitura

Os conselhos são espaços construídos pelo Estado para que a sociedade civil organizada participe das decisões administrativas e da fiscalização das mesmas. Têm como objetivo serem canais de participação da sociedade na gestão pública.

No entanto, temos visto, na prática, que esses espaços servem para legitimar a política da Prefeitura e suas decisões. Não se constituindo, desta forma, em espaços de participação e decisão efetiva dos trabalhadores ali representados.



Essa participação se dá por representação e a correlação de forças dentro desses espaços é bem desfavorável para os trabalhadores, girando em torno de 10% a 20% apenas.

O SISMMAC atualmente participa de 8 (oito) conselhos municipais, que são:

- Conselho de Administração do ICS
- Conselho Fiscal do ICS
- Conselho de Administração do IPMC
- Conselho Fiscal do IPMC
- Conselho Municipal de Educação
- Conselho de Alimentação Escolar
- Conselho de Segurança Alimentar

2. Estatuto

Como toda entidade de representação de classe, o SISMMAC também tem um Estatuto que rege o seu funcionamento, aprovado em Assembleia da categoria. Na época em que foi constituído atendia às necessidades e exigências que estavam postas, mas atu-

3. Política Financeira

A atuação dos sindicatos baseia-se nas lutas cotidianas da categoria e também na organização dos trabalhadores visando sua emancipação econômica, social e política. Para tanto, precisamos nos fortalecer, nos organizar e dispor de estrutura adequada, de recursos humanos e materiais, para combatermos as políticas de desvalorização

(CONSEA)

- Conselho do FUNDEB

Devido a proporcionalidade de participação nos conselhos ser desfavorável ao segmento dos trabalhadores, limitando a possibilidade de se encaminhar qualquer mudança ou obter qualquer avanço nestes espaços, manteremos nossa participação nos conselhos para marcarmos nosso posicionamento político diante das pautas debatidas, fazendo questionamentos, levantando dados para denúncias que nos ajudem na construção de nossas lutas e que potencializem o trabalho de base.

almente, avaliamos que se faz necessário algumas alterações para melhorar a redação do Estatuto, atendendo com mais clareza e objetividade às demandas da categoria, além de cumprir às novas exigências do Código Civil.

e de meritocracia que precarizam nossas condições de trabalho.

Atualmente é descontado mensalmente 0,9% do salário de cada Profissional do Magistério que se filia ao SISMMAC. Toda arrecadação é destinada à organização e fortalecimento da luta dos trabalhadores e trabalhadoras.



Resoluções do X Congresso do Sismmac

1 | Resoluções aprovadas na plenária final do X Congresso do Sismmac

TRABALHO DE BASE

Trabalho de base e Organização por Local de Trabalho

1. Garantir, no mínimo, visitas bimestrais em todos os locais de trabalho em que haja ao menos um profissional do magistério e/ou quando solicitado pela unidade, buscando atender os dois turnos.
2. Incentivar a Organização por Local de Trabalho, dando suporte às pessoas que se dispuserem a organizar seus locais de trabalho, buscando uma maior aproximação através de visitas frequentes.
3. Reforçar a importância de a Escola ter representante no período da manhã e da tarde, que participe das reuniões do Conselho de Representantes e se comprometa a discutir coletivamente, em seu local de trabalho, os materiais do Sindicato.
4. Organizar as reuniões de Conselhos de Representantes, mensalmente, em dias alternados na semana, seguindo calendário semestral enviado com antecedência às unidades escolares, passível de reavaliação no último Conselho de Representantes de cada semestre. Garanti-los como espaços de participação, construção coletiva, formação e deliberação dos encaminhamentos das ações do Sindicato.
5. Realizar, sempre que for necessário, assembleias da categoria para definir os rumos do trabalho sindical.



6. Dar continuidade às reuniões de Comunicação, com encontros abertos a toda categoria, para debater e definir uma política de comunicação sindical.
7. Utilizar todos os meios de comunicação possíveis para dialogar com os profissionais do magistério. Sempre informando os fatos, denunciando as políticas que agredem nossos direitos, mostrando a realidade de trabalhadores de outras categorias, no Brasil e no mundo, contribuindo com a formação política da categoria e sugerindo opções de lazer e cultura.
8. Marcar presença em espaços da PMC, tais como: Integração, Reuniões nos Núcleos (como aconteceram para falar do ICS), Comunidade Escola, Semana de Estudos Pedagógicos (SEP) com intuito de estarmos com a base no enfrentamento contra a Administração, intervindo e reforçando nossa Pauta de Reivindicações.
9. Participar de reuniões pedagógicas nas escolas e demais locais de trabalho, conforme interesse e disponibilidade, com objetivo de conhecer melhor a realidade do local de trabalho, divulgar as ações do Sindicato e as demandas da categoria como um todo. Deve-se buscar também, considerando a relevância, a participação nos demais espaços em que a Prefeitura promova esse tipo de debate.
10. Propor um debate permanente sobre como conduzir ações que levem à construção de um Plano Municipal de Educação em Curitiba; ao debate do IPMC; e das pautas prioritárias da Campanha de Lutas, que atendam as demandas da nossa categoria. Essas discussões e ações deverão ser efetivadas até o fim do segundo semestre de 2013.
11. O SISMMAC deve organizar um seminário no qual se debata a previdência dos servidores e buscar articulação com o SISMUC para realização desse seminário.
12. O SISMMAC realizará ações no sentido de fazer com que o magistério municipal se envolva no processo de elaboração do Plano Municipal de Educação. Para tanto, o Sindicato produzirá material informativo e fará formação nas reuniões do Conselho de Representantes sobre a temática. Buscando se articular com as outras organizações de trabalhadores em educação presentes em nossa cidade – (APP-Sindicato, SISMUC, APUFPR, Movimentos Sociais, entre outros) e entidades estudantis (DCE's e CA's) - organizará, até o final de 2013, uma plenária do Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública, para que, em conjunto, possamos elaborar uma proposta – projeto de lei – de Plano Municipal de Educação para Curitiba. Após a elaboração da proposta, o Sindicato deverá promover ações – como, por exemplo,



atos públicos, passeatas, debates, entre outros – desde que aprovadas em assembleia, que visem a construção de um Plano Municipal de Educação que expresse as aspirações dos trabalhadores, da juventude e das camadas populares dessa cidade.

Coletivo e reuniões específicas

13. Manter o Coletivo de Aposentados, ampliar sua participação na luta dos professores e a sua valorização e intercâmbio com aposentados de outras categorias.
 14. Seguir potencializando as reuniões específicas, sem perder de vista nossa unidade e a defesa da isonomia entre os profissionais do magistério, como forma de organizar e mobilizar esses segmentos de acordo com a demanda da categoria. Realizar reuniões específicas para debater o Plano de Carreira do Magistério.
 15. Realizar uma reunião específica para debatermos os temas: gênero, etnia, diversidade cultural e LGBT, a fim de decidirmos a forma de discuti-los com o conjunto da categoria.
 16. Realizar reuniões regionais englobando locais próximos, para facilitar o acesso dos profissionais a elas, especialmente em momentos de necessidade de mobilização de um maior número de profissionais desta categoria, como, por exemplo, a construção da Campanha
- de Lutas. Esses espaços serão de discussão e não de deliberação.

Formação

17. Manter o grupo de estudos quinzenal, com estudo e debate de temas gerais (sociedade), relacionando-os com temas específicos (Educação, Saúde, Estado, dentre outros), abertos aos trabalhadores de outras categorias, inclusive estudantes, com objetivo de nos qualificarmos para a luta.
18. Realizar módulos de formação, seminários, palestras com temas gerais e específicos, na sede do Sindicato, regionais e escolas.
19. Manter a publicação da Revista Chão da Escola, como mais um instrumento de formação para nossa categoria, garantindo a distribuição a todos os sindicalizados.
20. Dar suporte, através de formação distinta da que é ofertada pela PMC, para os professores que organizam grêmio, nas escolas de 6º ao 9º ano.

Autonomia e Independência

21. Manter o Sindicato autônomo frente aos partidos políticos e mandatos parlamentares e independente frente aos patrões e governos.



POLÍTICA INSTITUCIONAL

Conselhos da Prefeitura

22. Continuar participando dos conselhos para marcarmos nosso posicionamento político diante das pautas debatidas, fazer questionamentos e levantar dados para denúncias que nos ajudem na construção de nossas lutas.
23. Reivindicar a participação do SISMMAC no Conselho Municipal de Cultura de Curitiba.
24. Publicizar o nome dos conselheiros no site. Os conselheiros devem dar retorno do que é discutido nos conselhos através das mídias do Sindicato.
25. Possibilitar a participação da base da categoria nos conselhos. A direção fará a formação e auxiliará os conselheiros na sua atuação.

Alteração do Estatuto

26. Estudar e elaborar proposta de alteração no Estatuto vigente, até junho de 2014.
27. Convocar assembleia para aprovação da reforma sugerida. Disponibilizar, para análise e posterior votação, a proposta de alteração do estatuto com no mínimo um mês de antecedência da realização da referida assembleia.

Política Financeira

28. Ampliar o número de sindicalizados, através de mais campanhas de sindicalização nos locais de trabalho, mostrando aos nossos colegas a importância de se sindicalizar para fortalecer nossa luta.
29. Abrir uma conta poupança para o Fundo de Greve e Campanha de Lutas. Nesta conta também serão depositados os valores dos descontos dos salários dos diretores liberados, em dias de paralisação e greve, conforme ocorrer com os demais trabalhadores e trabalhadoras da Educação. O ressarcimento dos descontos também será garantido aos mesmos quando a PMC restituir os trabalhadores, aplicando o mesmo reajuste.
30. Realizar assembleia com a categoria até dezembro de 2012 para debater e avaliar a possibilidade do SISMMAC ter sede própria e encaminhar uma política financeira para tal aquisição.



2 | Resoluções aprovadas na Assembleia sobre o aumento da Contribuição Sindical

31. Aumentar o valor da contribuição mensal de 0,9% para 1,1%. Há 16 anos, o valor foi alterado, passando de 0,7% para 0,9%. O aumento de 0,2% será aplicado da seguinte forma: metade para a manutenção de um Fundo de Greve e Campanha de Lutas – fundamental para garantirmos nossas mobilizações,

atos e greves com melhor estrutura – e metade para reforçar o Caixa Geral do Sindicato.

Esse item foi debatido no Congresso e a Plenária Final indicou sua aprovação. Depois de encerrado o evento, a proposta foi aprovada em assembleia realizada no dia 29 de setembro, a partir das 14h30.

3 | Resoluções aprovadas na Assembleia sobre a filiação do SISMMAC à CUT

32. Desfiliar o SISMMAC da Central Única dos Trabalhadores.

33. Destinar até 6,2%, mesmo percentual repassado à CUT, após a desfiliação do nosso Sindicato desta Central, para contribuir com o processo de reorganização da classe trabalhadora, para aqueles que estejam ou queiram se organizar sindicalmente, em movimentos sociais de trabalhadores ou até em movimento de trabalhadores em formação (estudantes) desde que os mesmos se pautem, em sua organização, pelos seguintes princípios: Trabalho de Base, Organização por Local de Trabalho, Formação Política, Autonomia e Independência frente aos partidos, governos e patrões. Esses são os quatro eixos

nos quais se baseia o Trabalho Sindical da atual gestão do SISMMAC. Dessa forma, nos manteremos coerentes em nosso discurso e ação: “contribuir política e financeiramente com a reorganização dos trabalhadores”.

34. Especificar nominalmente as doações feitas a outros movimentos de trabalhadores na prestação de contas do Sindicato.

35. No mês em que o 6,2% não for usado integralmente no apoio desses movimentos, o valor restante será utilizado para manutenção do Fundo de Greve.

36. Realizar, junto à categoria, um amplo processo de conhecimento e avaliação



(com jornais, textos e espaços de formação), sobre as novas organizações e centrais sindicais até junho de 2014, final da atual gestão. Assim, a categoria poderá definir coletivamente sobre uma nova filiação ou não do SISMMAC a uma dessas organizações sindicais.

Esses itens foram debatidos no Congresso e a Plenária Final indicou sua aprovação. Depois de encerrado o evento, as resoluções foram aprovadas em assembleia realizada no dia 29 de setembro, a partir das 16h30.



Moções aprovadas

Moção de repúdio às práticas antissindicais da Prefeitura Municipal de Curitiba

A atual administração vem mostrando cada vez mais, com práticas coercitivas e antissindicais, o verdadeiro caráter do Estado e seus governos. Na tentativa de enfraquecer a organização das professoras e professores da rede municipal de Curitiba na luta por seus direitos, a Prefeitura resolveu aprofundar uma velha tática de diversos governos: o ataque à organização dos trabalhadores.

Além de não cumprir o acordado em nossa greve no que diz respeito à hora-atividade e de não avançar em outros direitos, como Plano de Carreira e ICS, a Prefeitura mostra sua veia autoritária e antidemocrática e ataca os direitos sindicais.

Veja quatro exemplos importantes:

1. Não liberação das delegadas (os) para o X Congresso do SISMMAC

Mesmo tendo notificado a Prefeitura com muita antecedência sobre a realização do Congresso, recebemos uma resposta negativa com a desculpa de que os professores estariam aplicando provas nesses dias.

Entretanto, sabemos que somente as 11 escolas de 6ª a 9ª anos estavam em aplicação de prova de apenas uma disciplina: História. A desculpa apresentada pela Prefeitura ignora também que nos anos anteriores a administração liberou as delegadas, inclusive, para os dois dias de evento. Esse ataque, entretanto, não nos impediu de construir o maior Congresso da história da categoria e de tomarmos importantes decisões de forma coletiva e organizada.

2. Não liberação do segundo padrão da diretora Andressa Fochessato para atuar no Sindicato

Com desculpa de que precisava “priorizar a implementação dos 33,33% de hora-atividade”, a Prefeitura se recusou a liberar nossa companheira Andressa para exercer seu mandato integralmente no Sindicato. A desculpa da administração, mais uma vez, desconsidera a realidade concreta. Ignora que existe uma lista de espera do último concurso com mais de 300 professores de Educação Física aprovados aguardando para suprir essa demanda. Com isso, a ad-



ministração não respeita a decisão do conjunto do magistério municipal na escolha de seus representantes para exercerem o mandato sindical, direito esse reconhecido inclusive em nossa Constituição Federal.

3. Impedimento da entrada do Sindicato em algumas escolas

Mesmo sabendo do problema há algum tempo, a Prefeitura ainda não se dignou a responder, e muito menos a reverter, essa prática antissindical que algumas chefias de núcleo incitam, principalmente no núcleo Matriz.

4. Assédio visando impedir a participação da categoria nas reuniões do Sindicato

Em várias situações, como na reunião com as pedagogas de CMAEs, a Prefeitura e as chefias de núcleo tentaram desmobilizar a participação dos professores. Tentam

forçar a categoria a aceitar os problemas e o sucessivo desrespeito aos seus direitos, utilizando ameaças e intimidações.

Derrotar com mobilização as práticas antissindicais da Prefeitura

Exemplos de que nossa organização, quanto mais forte for, mais incomodará quem não quer, mas deve ser incomodado. Porém, todas essas práticas antissindicais só nos fazem intensificar o trabalho de organização de nossa categoria a partir dos locais de trabalho, com formação política, autonomia frente a partidos políticos e independência frente a patrões e governos.

Só a nossa organização pode fazer frente à histórica retirada de nossos direitos e precarização de nossas condições de trabalho e carreira. Seguimos juntos, cada vez mais, pois assim somos mais fortes!

Moção de apoio em solidariedade aos sapateiros de Franca

O X Congresso do Magistério Municipal de Curitiba reafirma sua solidariedade aos Sapateiros de Franca/SP que lutam em defesa de seu legítimo Sindicato, que está sendo atacado pelos patrões através da criação de um sindicato fantasma atrelado às empresas e ligado à Força Sindical.

Fortalecer a solidariedade à luta dos Sa-

pateiros de Franca e ao seu verdadeiro Sindicato é parte da luta geral de nossa classe contra os ataques dos patrões à organização dos trabalhadores e contra os velhos e novos pelegos presentes no movimento sindical.

O X Congresso do Magistério Municipal de Curitiba reafirma seu apoio estrutural e político à luta dos Sapateiros de Franca.



Moção de apoio aos trabalhadores da África do Sul que lutam por aumento de salários e melhores condições de trabalho

Em agosto, a polícia africana atirou contra mineiros, trabalhadores na multinacional britânica Lonmim (a terceira maior no ramo da produção de platina no mundo), que estavam em greve reivindicando aumento salarial e melhores condições de trabalho. Mais de 40 trabalhadores foram assassinados, numa luta que se estende há dias e que revela a parceria de parte do movimento sindical africano com os patrões. Em um desses sindicatos, o presidente da entidade também está no conselho de administração da Lonmim e não esconde sua submissão ao Congresso Nacional Africano (CNA) que governa o país.

A luta dos mineiros se espalha pelo país. Trabalhadores de outras mineradoras multinacionais, como a Anglo American Platinum e a Royal Bafokeng Platinum, também já se colocam em movimento exigindo as mesmas reivindicações de aumento salarial e melhores condições de trabalho.

São trabalhadores negros, sendo feridos à morte por policiais também negros, que foram orientados a reprimir a mobilização por um governo que chegou a direção do país depois de décadas de luta contra o *Apartheid*. A luta pelo fim do *Apartheid* na África é parte fundamental da história de combate à segregação étnica no mundo, mas para além dela, a luta maior é de classes e essa não tem cor e nem fronteira.

As grandes multinacionais com seus Es-

tados nacionais, onde cabem brancos e negros, não só mantiveram como ampliaram a exploração dos trabalhadores africanos. É contra isso que esses homens e mulheres se movimentam.

O Capital, em sua gênese, tem um importante instrumento para submeter, envolver e, quando preciso, matar os produtores de valor. É isso que está acontecendo na África do Sul: para tentar frear a luta da população trabalhadora por aumento salarial, melhores condições de trabalho e de vida e assim manter as altas taxas de lucro das multinacionais, os instrumentos do Estado nos mais distintos governos democráticos compostos por brancos ou negros, estão à disposição.

A cor de nossa classe é vermelha, do sangue derramado por nossos companheiros. Nossa luta não tem fronteira, ela está em cada canto desse planeta onde os trabalhadores se levantam e se movimentam contra o capital. Somos mineiros de Marikana também!

A luta de classes não tem cor nem fronteira. Assim também nos colocamos juntos a todos os trabalhadores do mundo que lutam contra as ações do Capital e seus Estados nacionais, como os trabalhadores gregos e espanhóis que nessa semana, mais uma vez, se colocaram em movimento em



greves gerais contra os pacotes de austeridade do governo que significam a retirada de direitos e diminuição dos salários.

O X CONGRESSO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA REAFIRMA SUA SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL À CLASSE TRABALHADORA.

Moção de repúdio contra a intervenção do estado na organização dos trabalhadores

A greve do funcionalismo público, além de intensa e extensa, desvelou por inteiro a ação do Estado no sentido de tentar conter a luta dos trabalhadores.

Os ministros de Dilma deixam clara a intenção do governo em atacar direitos adquiridos. A ministra do Planejamento, Mirian Belchior, chegou a dizer que os funcionários públicos estavam errados em reivindicar a ampliação de direitos, já que na maior parte da Europa, os governos estão aplicando, com seus pacotes de austeridade, a redução de direitos, além do congelamento e redução dos salários. Já a Ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, defendeu a regulamentação do direito de greve para o

funcionalismo público com o objetivo claro de conter as mobilizações e greves, que devem se ampliar. Pois, o governo federal já tem seu pacote pronto de austeridade fiscal para garantir as demandas do Capital e retirou recursos públicos das políticas públicas fundamentais, como saúde, educação e previdência.

Diante de mais esse ataque, os delegados presentes no X Congresso do Magistério Municipal de Curitiba, mais do que repudiar esse ataque à organização dos trabalhadores, somam-se a luta geral do funcionalismo e do conjunto da classe trabalhadora em defesa da livre organização dos trabalhadores e pelo direito irrestrito de greve.

Moção de repúdio ao projeto de lei 710/2011 do senador Aluísio Nunes do PSDB/SP que “regulamenta o direito de greve dos servidores públicos”

O referido projeto de lei estabelece, entre outras questões, que de 50% a 80% dos servidores em greve devam permanecer trabalhando. Considera para o início da greve

que os servidores devam provar que as negociações foram infrutíferas. Iniciada a greve ocorrerá a cessação do pagamento dos vencimentos. Somente trinta por cento dos



dias parados podem ser objeto de negociação para eventual reposição, ou seja, se parar um mês poderá receber no máximo 30% do salário mensal. Se ganha mil reais receberá até trezentos reais. O sindicato deve comunicar a intenção de fazer greve com trinta dias de antecedência e avisar a população com

quinze dias de antecedência. Há ainda outros artigos restritivos. O projeto é uma aberração, uma vez aprovado e sancionado, fere de morte a possibilidade de greve no serviço público. Sendo assim, repudiamos veementemente qualquer ataque ao direito de greve dos servidores públicos.

Moção de repúdio ao projeto de lei que ataca direitos dos trabalhadores, o Acordo Coletivo Especial (A.C.E)

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) através do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP entregou ao governo Dilma em novembro de 2011 a proposta de anteprojeto de lei que trata sobre o Acordo Coletivo Especial (A.C.E).

O objetivo é nacionalizar a experiência acumulada nos últimos 20 anos, principalmente pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, na qual direitos e salários foram reduzidos, para atender as demandas do Capital.

Pelo projeto, acordos realizados entre a representação institucionalizada dos trabalhadores com os patrões, serão legitimados pelo Estado, através do Ministério do Trabalho, mesmo que esses signifiquem redução

de direitos, como parcelamento e diminuição do valor de férias, 13º salário, redução das jornadas com redução de salários.

Ou seja, querem que as negociações rebaixadas possam se sobrepor ao legislado e também impedir que os trabalhadores possam recorrer também ao judiciário para reaver seus direitos.

Diante disso, os/as delegados/as presentes ao X Congresso do Magistério Municipal de Curitiba, mais do que repudiar, unem-se a luta de todas as organizações que estão em movimento para impedir a aprovação desse projeto tão elogiado pelos patrões, que tem por objetivo atacar a organização e os direitos do conjunto da classe trabalhadora.

Moção em defesa da lei do piso

Em 2008, a luta de 30 anos por uma Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério obteve uma vitória no Congresso Nacional. Mas até

hoje o Piso não foi implantado efetivamente. Servia de argumento para que a lei não fosse aplicada a ação movida no Supremo



Tribunal Federal (STF) por governadores questionando a constitucionalidade da Lei. Essa ADIN foi derrotada no STF em 2011 e a Lei do Piso foi decretada constitucional.

Em 5 de setembro de 2012, os movimentos sociais comemoraram a derrubada do recurso que impedia a tramitação ordinária do PNE no Senado Federal, data em que a CNTE e a CUT realizaram a 6ª Marcha Nacional a Brasília em Defesa e Promoção da Educação Pública. Mas, no mesmo dia, foi publicada no Diário Oficial de Justiça, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 4.848 contra o art. 5º da Lei 11.738 que trata da atualização monetária anual do piso nacional do magistério pelo custo aluno do FUNDEB.

Subscrevem a referida ação os governadores dos Estados do Rio Grande do Sul

(Tarso Genro/PT), Santa Catarina (José Raimundo Colombo/DEM), Mato Grosso do Sul (André Puccinelli/PMDB), Goiás (Marconi Perillo/PSDB), Piauí (Wilson Martins/PSB) e Roraima (José de Anchieta Júnior/PSDB) – os novos “e velhos” Inimigos da Educação, Traidores da Escola Pública.

Não aceitamos o questionamento dos atuais critérios de valorização da Lei do Piso que instituiria o INPC como único critério de valorização, descaracterizando a Lei do Piso, não dando aumento real aos trabalhadores em educação, apenas repondo a inflação. Os trabalhadores e trabalhadoras em educação do município de Curitiba reafirmam a defesa incondicional da Lei do Piso e defendem o reforço da luta de unidade nacional pela aplicação integral da Lei (artigo 5º e 33% de Hora-Atividade).

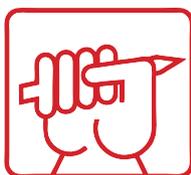
Moção de apoio à professora e militante da educação Astrid Ávila

As delegadas e delegados presentes no X Congresso do SISMMAC expressam seu apoio à professora e militante da área da educação Astrid Ávila, que tem sofrido ameaças de morte por conta da sua atuação na greve dos professores das universidades federais. Repudiamos qualquer forma de violência – seja ela física, verbal ou psicológica – que tenha por objetivo fragilizar a luta da classe trabalhadora e eliminar

aqueles que se colocam em movimento por seus direitos.

Reafirmamos nosso apoio integral a companheira Astrid Ávila, professora da Universidade Federal do Paraná e ex-presidente da APUFPR-SSind (Associação dos Professores da Universidade Paraná), pelo empenho e desprendimento com que tem dedicado a vida à luta dos trabalhadores e em defesa da educação pública.





SISMAC

Filiado à CNTE



SISMMAC

Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
Gestão Novos Rumos – A Alternativa de Luta

Endereço: Rua Nunes Machado, 1577. Rebouças. Curitiba/PR
Fone/Fax: 41 3225-6729

sismmac@onda.com.br | www.sismmac.org.br

